



DADOS PRIVADOS DE DOENTES À SOLTA NA INTERNET

Duarte Levy

Milhares de portugueses, na maioria utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS), têm parte dos seus dados médicos e privados expostos, em livre acesso, na internet naquilo que é "a mais grave violação do sigilo médico" até hoje conhecida em Portugal.

São milhares de informações provenientes do sistema imposto pelo Ministério da Saúde desde 2011 para a prescrição electrónica de medicamentos (PEM).

A falha – se é que assim se pode qualificar o problema – inclui igualmente as informações recolhidas pelas aplicações oficialmente reconhecidas pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) como Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT).

São receitas, protocolos, exames e apontamentos médicos que se encontram actualmente em livre acesso, disponíveis para consulta e cópia. Uma falha com severas consequências, nomeadamente a fraude ao próprio Serviço Nacional de Saúde e demais entidades responsáveis pela comparticipação no preço dos medicamentos.

A presente situação veio confirmar os receios da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) que já tinha alertado para a ausência de medidas de segurança que garantam a protecção adequada dos dados pessoais dos cidadãos.

Caso mais alarmante, de entre todas as situações que o Crime pode constatar, é a aplicação ORKOS, propriedade da Leverage Lda. e comercializada pela ZON.

A aplicação, admitida em Julho de 2011 pela ACSS com

base numa declaração de conformidade do fabricante, custa aos médicos 180 euros mais IVA por licença e promete utilizar "a mesma tecnologia que o sistema financeiro utiliza para garantir a segurança das transacções na banca online".

"O Orkos resulta de uma parceria entre a Zon, o Grupo Satec (Convex e InterHost) e a Leverage, esta última detentora da propriedade industrial da marca e do software, bem como da certificação ACSS" pode-se ler num comunicado da ZON em Julho de 2011.

A Leverage, sociedade por cotas com capital social de 5.000 euros, criada em Novembro de 2010 por Pedro Tadeu Gomes Miguel e António Soares Gomes Miguel, está sediada no 9º andar de um prédio de habitação em Lisboa. Mas é no Tagus Park em Oeiras que se encontram "hospedados" os dados geridos pela plataforma ORKOS.

Mas a "falha" da ORKOS não é caso único. O Crime identificou 8 aplicações comercializadas com o certificado ACSS e 39 outras, aceites com base numa simples declaração (de boa fé) de conformidade do fabricante.

"Mais de metade das plataformas e softwares aceites com base na simples declaração do fabricante apresentam falhas de segurança", disse ao Crime um

especialista informático.

Os riscos inerentes à informatização dos meios do Serviço Nacional de Saúde e a entrega a empresas privadas da gestão dos dados dos cidadãos têm tendência a aumentar.

Antes do final do ano, o Ministério da Saúde prepara-se também para lançar os eBoletins destinados ao "registo de dados, entre outros, para grávidas ou crianças e jovens".

O novo sistema, que entra em fase de testes durante o próximo mês de Outubro, vai ser igualmente disponibilizado na rede de internet para "transmitir informações importantes quer aos utentes, quer aos profissionais". Resta saber qual será a sua segurança.

Dados acessíveis sem piratagem

O problema agora encontrado afecta os utentes do SNS e da ADSE mas também de outras entidades públicas e privadas, como é o caso dos beneficiários da SAD da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Os dados estão acessíveis, sem qualquer manobra de piratagem informática, e sem necessitar sequer de identificação ou palavra-chave. Basta conhecer os endereços WEB (URL) necessários.

Mais grave, o CRIME constatou que já circulam em fóruns



internet alguns dos dados privados que supostamente a plataforma deveria gerir e proteger.

Entre outros dados, estão disponíveis à curiosidade de qualquer um, o nome do paciente, o número de beneficiário e mesmo a sua medicação mais recente.

À data de publicação desta edição, e só no caso da plataforma ORKOS, consultámos mais de 70.500 prescrições médicas oriundas do sector público e privado.

Em "livre serviço", os dados contidos naquelas prescrições informáticas permitiram aos internautas a identificação de médicos e utentes e, mais grave, a compra de diversos medicamentos nas farmácias.

É o caso de Mário (pseudónimo) que, através de um fórum na internet, revelou e comprovou como conseguiu comprar ansiolíticos, sedativos e hipnóticos em farmácias oficiais.

Mário explicou ao CRIME que "há receitas, que por causa da caixa que intervém na comparticipação, podem revelar-se muito interessantes economicamente".

A consulta da prescrição electrónica de medicamentos (PEM) e dos dados Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT) identifica o doente e a sua patologia, "o que permite aos mal-intencionados saber, por exemplo, quem tem SIDA ou uma doença sexual", explica o internauta. →→→

"Tenho casos em que o doente, por causa da patologia ou da profissão que exerce, prefere pagar do seu

próprio bolso a totalidade dos medicamentos e evitar assim de se expor ao sistema".

→→→ Médicos obrigados a pagar "Big Brother" do Ministério da Saúde

Contactado pelo CRIME, um médico cliente da plataforma ORKOS, alerta para "os elevados riscos de fraude ou chantagem que podem resultar" da falha.

"Proteste desde o início, em Agosto de 2011, contra o uso da prescrição electrónica. É o 'big brother' do Ministério da Saúde" explica o Dr. João (perfeitamente identificado).

Médico em Lisboa, o Dr. João queixa-se dos cerca de 200 euros que paga anualmente através da ZON por uma aplicação que é obrigado a utilizar, contrariado.

"Sem prescrição electrónica o doente vai à farmácia e recebe os medicamentos mas tem de os pagar por inteiro" explica o médico acrescentando que "é assim que o sistema se tornou incontornável".

"Tenho casos em que o doente, por causa da patologia ou da profissão que exerce, prefere pagar do seu próprio bolso a totalidade dos medicamentos e evitar assim de se expor ao sistema" explica o Dr. João.

Uma possibilidade que, dada a crise económica, não é acessível à maioria dos portugueses.

Segundo aquele médico, um dos vários profissionais que o CRIME contactou, a escolha do sistema da ORKOS foi feito com base em dois critérios: "a lista do software recomendado pela ACSS e a oferta da ZON".

Confrontado com os dados

dos seus últimos doentes, o médico confessou-se "aterrado e honrozado com a situação" que se diz pronto a denunciar junto da Ordem dos Médicos.

Idêntica posição assume a Dr.ª Ana (devidamente identificada): "É a maior e mais grave violação do sigilo médico de que tive conhecimento".

"Imagine o doente com uma patologia grave mas curável e que está em relação com uma companhia de seguros ou com um banco e que vê a sua vida e o seu futuro afectado pela revelação dos dados do seu dossier médico", explica a médica em Queijas.

Cabo da GNR identificado graças a ORKOS

Tendo como ponto de partida uma prescrição médica onde consta a identificação de um beneficiário dos serviços de Saúde e Assistência na Doença (SAD) da GNR, foi possível chegar à identificação mais completa de um Cabo do Comando Territorial de Évora.

Após uma consulta em neurologia e cardiologia, ao nome e número de beneficiário daquele militar juntaram-se o número de matrícula, o local de trabalho e todos os demais dados privados e médicos.

Foi também desta forma que o CRIME conseguiu identificar o Cabo Paulo, a quem o médico receitou 56 unidades de Bisoprolol 5 mg. Nada de muito preocupante do ponto de vista médico.

Mas os dados que constam na prescrição do militar e os detalhes do seu dossier médico conduziram-nos à porta do posto onde ele exerce a sua missão e mesmo à sua residência particular.

"Uma situação perigosa que aumenta a fragilidade do pes-



soal da GNR e dos seus familiares" disse o chefe da Divisão de Comunicação e Relações Públicas daquela força de segurança, Gonçalves de Carvalho.

"Tal como todos os cidadãos, os militares da GNR têm direito à protecção da vida privada. Mas dada a profissão que exercem e as missões que desempenham, uma tal falha mete em risco a sua vida e a integridade do seu trabalho e das suas famílias" alertou ainda Gonçalves de Carvalho.

**Troika impôs:
financiamento do SNS
só com documento
electrónico**

Desde Setembro do ano passado que a prescrição de análises

e exames financiados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) só pode ser feita por documento electrónico.

É uma imposição do Ministério da Saúde, publicada em Diário da República em Julho de 2011, e que consta aliás do memorando de entendimento assinado entre o Governo e a 'troika'.

É aquele diploma que condiciona o recurso a aplicações informáticas da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) "ou de aplicações de outros fornecedores" - é o caso da Leverage com a sua aplicação ORKOS.

"Tornar obrigatória a prescrição electrónica de medicamentos e meios de diagnóstico abrangidos por sistemas de

comparticipação pública, para todos os médicos tanto no sector público como no sector privado", impõe o despacho assinado pelo secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira.

Os dados que constam na prescrição e os detalhes do dossier médico conduziram o Crime à porta do posto onde a pessoa exerce a sua profissão e à sua residência particular.



FAXINFORME

CLIPPING

o crime

Área: 2133cm²/ 58%

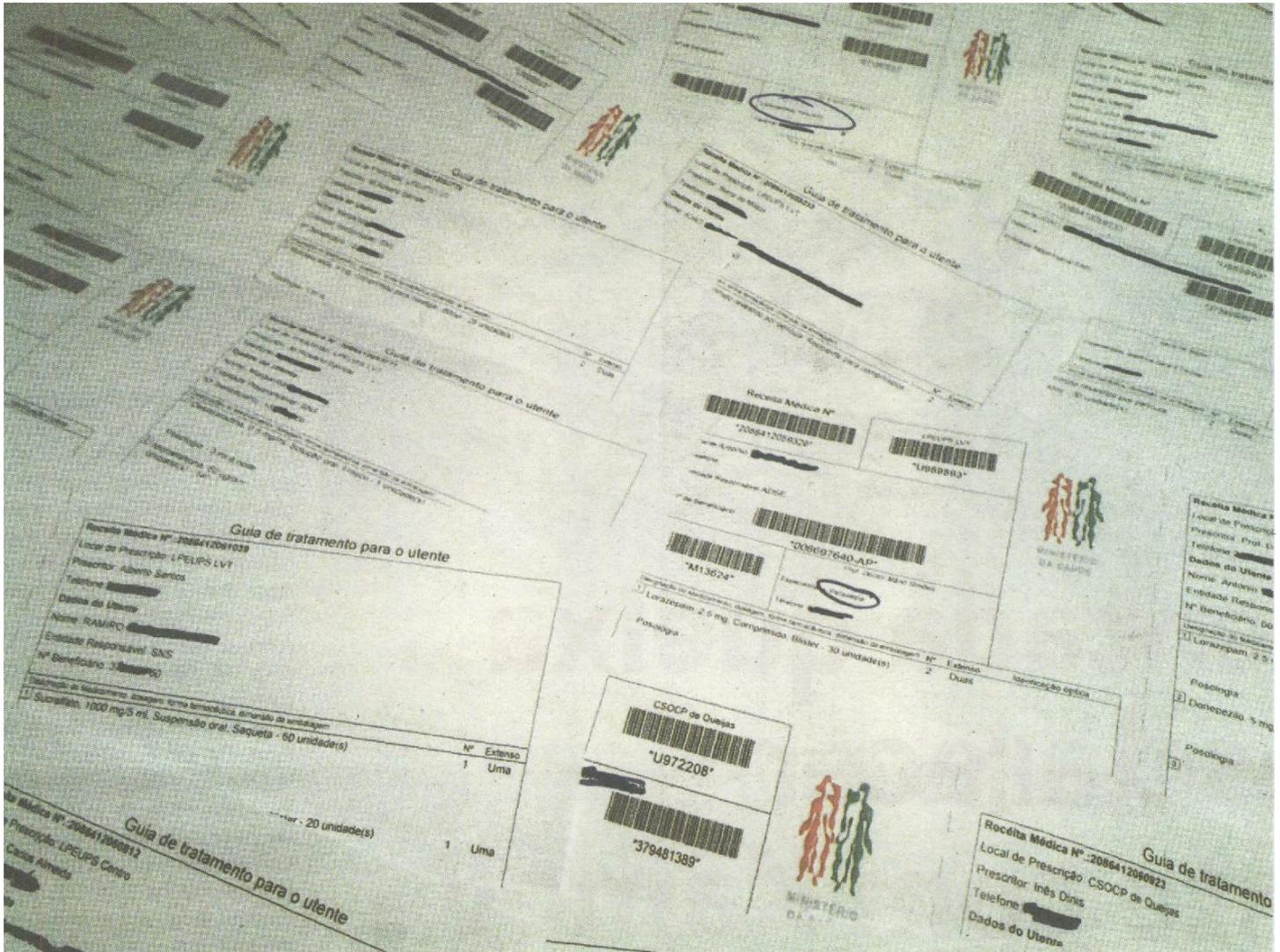
Data: 27.09.2012

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

FOTO

Cores: 4 Cores Pág:1;16;17;18





FAXINFORME

CLIPPING

o Crime

Área: 2133cm²/ 58%



Data: 27.09.2012

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

FOTO

Cores: 4 Cores Pág:1;16;17;18





FAXINFORME

CLIPPING



Área: 2133cm²/ 58%

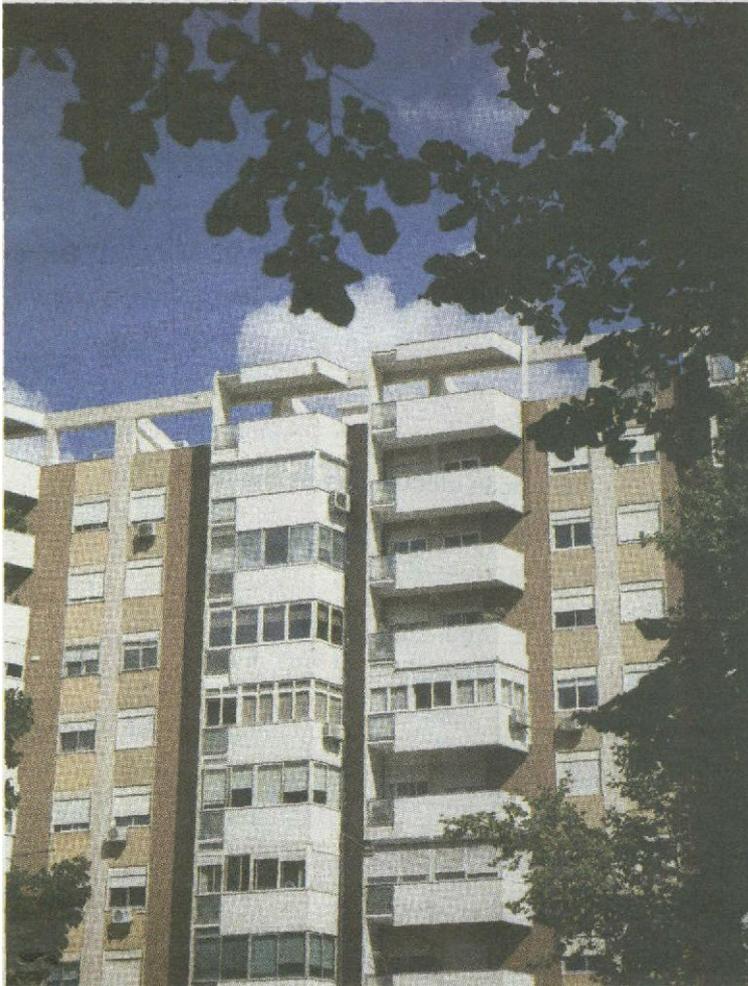
Data: 27.09.2012

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

FOTO

Cores: 4 Cores Pág:1;16;17;18



Ministério da Saúde
ACSS
do Sistema de Saúde
Unidade Operacional de Normalização e Certificação de Sistemas e Tecnologias de Informação

Software para prescrição electrónica de medicamentos
2 de Julho de 2012

Rev. 1.0
Data: 2011-06-13

Software certificado				
Aplicação	Empresa	Marca comercial	Data	N.º (CERTIFICADO)
TrakCare – Prescrição Electrónica de Medicamentos Versão W650P7	Intra-Systems Iberia S.L.	TrakCare®	2011-09-16	N.º 1/2011
PIEI – Prescrição Electrónica Versão 28	ST+ – Serviços Técnicos de Informática, Unipessoal, Lda.	PIEI – Prescrição Electrónica®	2011-09-20	N.º 2/2011
ClinicBase – Prescrição Electrónica Versão 1.1	Infobucuro SI	---	2011-09-21	N.º 3/2011
TSR – Prescrição Electrónica Versão 2011.3.1.1	TSR – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA.	---	2011-09-21	N.º 4/2011
e-medicar – Sistema de Prescrição Electrónica de Medicamentos Versão 1.00 (2011)	AdmInsaúde, Lda.	e-medicar – Sistema de Prescrição Electrónica	2011-09-28	N.º 5/2011
IMED – Plataforma de Prescrição Electrónica Versão 1.3 (2011)	Academia de Informática Brava, Engenharia de Sistemas, Lda.	IMED®	2011-09-28	N.º 6/2011
ePM Rx Versão 1.1	FIRST SOLUTIONS – Sistemas de Informação, S.A.	---	2011-10-28	N.º 7/2011
INOVAgess® – Gestão de Clínicas	INOVAgess – Inovação e Sistemas de Informação, Lda.	INOVAgess®	2011-10-28	N.º 8/2011

Página 1 de 4

Administração Central do Sistema de Saúde, IP
Av. José Craveirinha, nº11 | 1688-177 Lisboa | Tel: 217 925 938 | Fax: 217 925 943
www.acss.mds-esade.pt | E-Mail: geral@acss.mds-esade.pt

DADOS PRIVADOS DE DOENTES À SOLTA NA INTERNET